

CONSTRUÇÕES EM TERRA DA ÉPOCA AUGUSTANA NA CAPITAL DA CIVITAS IGAEDITANORUM (IDANHA-A-VELHA, IDANHA-A-NOVA, PORTUGAL)

Pedro C. Carvalho

CEAUCP/CAM - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto/Campo Arqueológico de Mértola
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - DHAA
Palácio de Sub-Ripas, 3000-395 Coimbra
pedroak@gmail.com

Tema 1: Arqueologia, Antropologia e Arte

Palavras-chave: Taipa, adobe, época romana, civitas Igaeditanorum, interior norte da Lusitania

Resumo:

De modo sucinto serão apresentados, por agora, os restos de uma construção romana – com paredes em taipa e adobe – recentemente descoberta em Idanha-a-Velha no decurso de escavações arqueológicas. Esta construção em terra, com funcionalidade ainda algo indefinida, apresenta uma cronologia de ocupação seguramente inscrita na época augustana, tendo sido expropriada e demolida nos primeiros anos do séc. I d.C., aquando da construção do *forum* da cidade capital dos *Igaeditani*.

1. CONSTRUÇÕES EM TERRA DA ÉPOCA AUGUSTANA NA CAPITAL DA CIVITAS IGAEDITANORUM

O factor imprevisibilidade anda sempre associado a qualquer escavação. Por muito que se equacionem os objectivos específicos de investigação, e os melhores procedimentos a adoptar para os alcançar, é relativamente frequente o aparecimento no decurso dos trabalhos de algo que se afasta substancialmente das “previsões” iniciais, obrigando assim às necessárias revisões. É neste tipo de descoberta inesperada, aliás, que também reside o fascínio de qualquer escavação. Mas é igualmente nesta imprevisibilidade que poderão residir as dificuldades e os equívocos resultantes de uma desadequada programação e execução dos trabalhos.

Esta ideia de uma escavação estritamente determinada por objectivos claros, por uma observação determinada (em vez de ser orientada) por um quadro teórico rígido e pré-definido, conduz frequentemente a uma outra ideia que se materializa habitualmente numa frase feita: “só se encontra e regista o que se procura”. Não será tanto assim, uma vez que a definição prévia e necessária de um conjunto de questões e de objectivos específicos não implica (ou não deverá implicar) necessariamente que se subvalorizem ou ignorem muitas outras questões que possam (e devam) surgir. Com efeito, qualquer escavação em curso exigirá uma continuada actualização dos objectivos e dos procedimentos em função do registo e leitura que vamos fazendo dos dados. O problema só surgirá quando o grau de alerta não é o suficiente para podermos encontrar no momento certo aquilo que não procurávamos ou não era expectável encontrar. O problema só se instalará quando os dados recolhidos só se tornem verdadeiramente relevantes para as perguntas pré-definidas (Roskams, 2001, 50-53).

As escavações, mais do que fornecer respostas, permitem sobretudo colocar sucessivas questões – novas e renovadas; e devem ser perspectivadas por forma a tornarem-se relevantes para dar resposta a questões que não foram inicialmente formuladas, mas que se tornaram importantes e foram devida e atempadamente colocadas quando a escavação teve lugar. É certo que o êxito de uma escavação

reside, desde logo, no seu planeamento cuidado, com a clara e prévia definição de objectivos e procedimentos. Mas, embora sendo fundamental, esta programação não a deve condicionar e determinar – deve antes, tal como a teoria, orientá-la ou ajudar a conduzi-la. O desenho de um projecto de investigação pode e deve ser, se necessário, em parte continuamente refeito. E este refazer constante dos contornos desse plano poderá implicar o alargar do lastro interdisciplinar, por forma a potenciar a interpretação dos novos dados registados.

Serve esta introdução para começar por sublinhar o seguinte: as três campanhas de escavação que entre 2007 e 2009 dirigimos em Idanha-a-Velha têm permitido dar resposta a algumas das mais importantes questões inicialmente colocadas; mas destacam-se, de igual forma, por terem revelado o inesperado – um edifício romano com paredes feitas em taipa e também em adobe (Fig. 1).

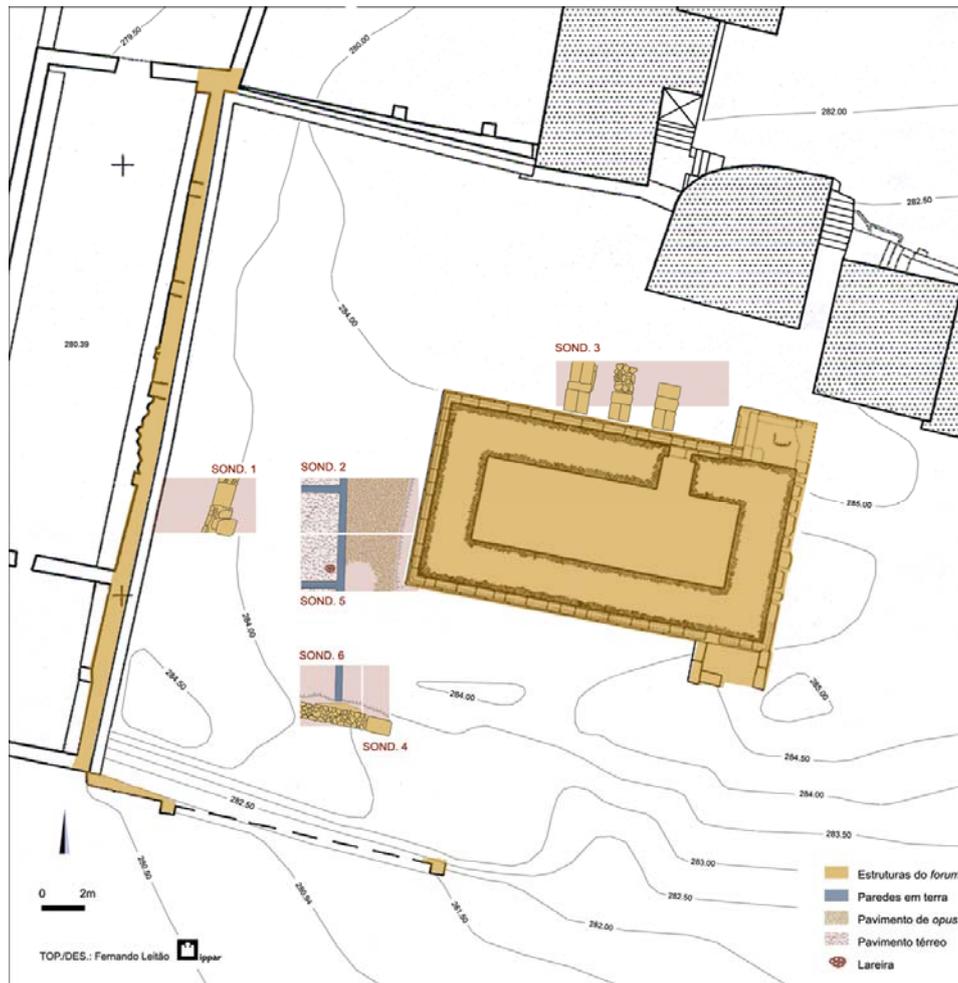


Fig.1- Planta da zona intervencionada (em 2007 e 2008) com as construções em terra inscritas no plano do fórum romano que lhe sucedeu. (Desenho de José Luís Madeira sobre base do IPPAR, créditos: Pedro Carvalho).

Serve também para de alguma forma justificar uma necessidade sentida: o redesenhar do projecto inicial, centrando-o também numa realidade insuspeita (e que no terreno antecede no tempo aquela que motivou a nossa intervenção), estipulando novos procedimentos e equacionando outras soluções e colaborações. Serve ainda para mostrar que o não expectável nem sempre será facilmente registado quando se reveste de formas inesperadas ou invulgares.

Este último aspecto carece de melhor explicitação. Com efeito, vamos ser claros, a construção em taipa não foi logo identificada em plano na primeira sondagem de diagnóstico aberta no local. Um troço de parede foi em parte removido juntamente com os seus derrubes em terra que o ladeavam. A sua identificação não foi imediata – desde logo, digamo-lo abertamente, porque o aparecimento de uma estrutura com estas características não era de nenhum modo previsível; depois, convém também referi-lo, as faces destas paredes não se apresentariam aqui suficientemente bem preservadas para que facilmente fossem identificadas no contacto com os derrubes. A sua identificação apenas ocorreu a meio da escavação dessa sondagem, quando a leitura dos cortes estratigráficos o permitiu e tornou as linhas interfaciais verticais claramente visíveis (Fig.2).



Fig. 2 – Linhas interfaciais verticais das paredes em taipa visíveis num dos cortes estratigráficos da primeira sondagem efectuada (créditos: Pedro Carvalho).

A escavação é quase sempre um processo difícil – e particularmente exigente no momento de identificação dos interfaces e das relações topográficas entre as UE's a que pertencem. Neste caso também o foi, sobretudo na fase inicial da escavação, quando não se equacionava a possibilidade das construções em terra aparecerem. A partir do momento em que essa realidade se tornou um dado arqueológico objectivo, e o seu processo identificativo começou a ocupar um lugar de destaque entre as nossas preocupações, as paredes em terra começaram a ser identificadas e seguidas com relativa facilidade (Fig.2) – embora a constante presença dos seus derrubes desfeitos, que as ladeavam, e as irregularidades que apresentavam algumas das suas faces, nem sempre tornassem esse processo de identificação perfeitamente óbvio e objectivo (Fig.3).



Fig. 3 – Processo de identificação de uma parede em taipa (créditos: Pedro Carvalho)

O que acabámos de expor de forma sucinta remete-nos agora para o seguinte: o desconhecimento – para determinados contextos – de certas realidades arqueológicas poderão ditar o seu continuado não registo. A probabilidade disto acontecer aumenta quando essa realidade assume particulares características que concorrem para a sua “invisibilidade”. E repetir-se-á insistentemente sempre que se verifique uma observação menos atenta ou mais apressada; no fundo, sempre que certos procedimentos metodológicos não forem adoptados; ou então – e tal pode ser mais recorrente em certos âmbitos de actuação – sempre que o ritmo de escavação não for o mais adequado.

Assim sendo, perguntamos se a (quase) inexistência – para o interior norte da *Lusitania* – de referências (publicadas!) a construções em terra da época tardo-republicana e alto-imperial acabará por documentar uma determinada realidade histórica, i.e., acabará por resultar de um cenário histórico que não (ou raramente) contemplava essas construções; ou então, pelo contrário, se essa quase ausência é apenas aparente, resultante em grande parte de uma abordagem metodológica em escavação que, neste sentido, concorre para distorcer (involuntariamente) os factos que compõem esse mesmo cenário histórico. Sejam uma vez mais claros: uma escavação, e os dados que colhe e proporciona, não encerrará toda a realidade objectiva que se encontrava depositada no lugar intervencionado. Desde logo, qualquer escavação, e a gama de resultados que produz, acaba sempre por ser em parte resultado do seu tempo – do tipo de abordagem efectuada, do enfoque teórico que a norteou e, sobretudo, da metodologia empregue.

Em Idanha-a-Velha, capital dos *Igaeditani*, estas construções em terra apareceram integradas num contexto histórico onde não eram esperadas. De todo o modo, essas construções encontram-se lá e estão muito bem representadas, marcando agora distintamente o local. Com efeito, no decurso das três campanhas de escavação aí realizadas entre 2007 e 2009, verificámos que no lugar do *forum* romano, construído na época augustana num dos sítios mais elevados da cidade, havia outras construções anteriores (Carvalho, 2009). E estas construções mais antigas apresentam uma particularidade: foram erguidas com paredes em terra – fundamentalmente em taipa, mas documentando-se também o adobe (Figs. 4 e 5).



Fig. 4 – Troços derrubados das paredes em taipa (depois de terem sido removidos os derrubes desfeitos e paredes em taipa, ao fundo (créditos: Pedro Carvalho)



Fig. 5 – Parede em taipa e templo romano ao fundo (créditos: Pedro Carvalho).

Característica construtiva ímpar para esta região e para o período romano, ganhando ainda mais destaque face à sua cronologia específica. Com efeito, em contextos estratigráficos primários seguramente relacionados com a ocupação (e também com o momento de abandono) dessa construção, foi possível recolher um conjunto homogéneo ou coerente de materiais (sobretudo sigilata de tipo itálico e cerâmica de paredes finas) que permitem datar com algum rigor esta construção em taipa e adobe dos finais da República e inícios do Império.



Fig. 6 – Parede em adobe e respectivo derrube (créditos Pedro Carvalho)

Ao certo não temos nenhum indicador que nos permita aferir a sua cronologia de construção, mas existem vários que permitem atribuir a sua ocupação às últimas décadas do séc. I a.C., tendo este edifício sido destruído logo nos primeiros anos do séc. I d.C., talvez entre 4 e 6 d.C., quando em plena época augustana se edificou nesse preciso local o *forum* da *civitas Igaeditanorum* (*Idem*, 121-124).

Face ao exposto, parece-nos que este corresponderá a um achado merecedor de um particular destaque, na medida em que se trata de uma forma de construção romana raramente (ou mesmo nunca?) atestada na escavação deste tipo de contextos nesta parte setentrional da *Lusitania* - embora se encontre perfeitamente registada noutras paragens da Hispânia, como por exemplo em *Celsa* ou *Bilbilis*, no vale do Ebro, cidades romanas onde o adobe se encontra documentado nas paredes de algumas casas da sua fase inicial (Beltran Lloris e Martin Bueno, 1982, 149).

Mas se em algumas regiões a documentação arqueológica a este nível prima precisamente pela “invisibilidade” ou aparente ausência, este tipo de construções em terra, no entanto, encontra-se abundantemente referido nas fontes clássicas (Lequêment: 1985), sendo especificamente referenciado para a *Hispania* também nas fontes literárias antigas, mais concretamente quando Plínio o menciona, destacando a sua resistência (HN, Livro XXXV, XLVIII. *quid? non in Africa Hispania que e terra parietes, quos appellant formaceos, quoniam in forma circumdatis ii utrimque tabulis inferciuntur verius quam struuntur, aevis durant, incorrupti imbribus, ventis, ignibus omni que caemento firmiores?*).

Não obstante a durabilidade destas paredes em terra, como se pode claramente depreender desta passagem de Plínio, parece-nos que estas em particular talvez possam ser entendidas como paredes interiores, devidamente abrigadas e a salvo, portanto, das agressões de agentes atmosféricos (sobretudo a chuva), uma vez que não apresentam nenhum soco ou embasamento em pedra que as protegesse da circulação de águas – apenas se identificou uma fiada de estreitas lajes de xisto a marcar aquilo que consideramos ser a linha da parede em contacto com o nível térreo do chão (Fig. 7).



Fig. 7 – Fiada de estreitas lajes de xisto a marcar a linha de contacto da parede em taipa com o chão térreo (créditos: Pedro Carvalho)

A sua largura relativamente reduzida (c. 0.36 m) também parece sugerir esta função divisória – e dividiriam espaços com funções distintas, a avaliar pelos indicadores até agora reconhecidos que o denunciam. Contudo, não existem dados suficientemente seguros que permitam, por agora, avançar com proposta (s) de funcionalidade para este edifício. Alguns indícios registados durante a última campanha de 2009 parecem apontar no sentido de um espaço habitacional privado – mas, nesta fase, ainda será prematuro avançar com qualquer tipo de hipótese.

De igual modo, não foi ainda possível apurar se serão questões de funcionalidade, de diferentes usos (específicos) dos espaços interiores, que poderão explicar a alternância de paredes feitas em taipa com outras erguidas em adobe. Seja como for, e por agora, parece-nos que este tipo de paredes poderia fazer parte de um edifício habitacional – à resistência física destas paredes (ainda hoje com uma altura conservada de 0.90 m) juntar-se-ia a inércia térmica da terra, permitindo assim resguardar o interior das áreas construídas dos rigores climatéricos. E seria, aparentemente, um edifício de dimensões consideráveis, a avaliar pela extensão (c. 12 m) de uma das paredes até agora identificadas.

Os troços rectos destas paredes de faces afagadas acabam por documentar a tecnologia tradicional de construção em taipa (Fig. 8), no interior de taipais ou da forma em madeira, ter-se-á vertido (e apertada com um maço) terra argilosa, depois de ter sido previamente amassada com água e cascalho miúdo de xisto – tecnologia, aliás, que ainda hoje se observa nos muros rurais tradicionais de algumas regiões da Beira Baixa (como na região de Ródão), constituídos por troços paralelepípedicos com 0.90 m de altura por 0.80 m de comprimento e 0.30 m de espessura (Henriques e Caninas, 1992, 103).



Fig. 8 – Parede em taipa cortada por um dos pórticos do fórum (créditos: Pedro Carvalho).

Mas o adobe também apareceu claramente documentado no decurso da campanha de 2009 (antes já tinha aparecido um ou outro adobe entre os derrubes da taipa). Formado por blocos com precisamente 0.36 m de comprimento (i.e. com idêntica dimensão da largura das paredes em taipa), 0.18 m de largo e 0.09 m de espessura (Fig. 9), o adobe foi pelo menos utilizado para erguer uma das paredes transversais àqueloutra – que corre no sentido sul-norte ao longo de todas as sondagens – levantada em taipa.



Fig. 9 – Adobe recolhido num derrube (créditos: Pedro Carvalho)

Resta saber, porém, entre outras questões em aberto, se esta taipa e adobe – datáveis das últimas décadas do séc. I a.C. – surgem aqui ainda como testemunhos da construção tradicional indígena, remontando à Idade do Ferro, ou se documentarão antes uma inovação, decorrente da presença de colonos romanos neste local a partir do final da época republicana. É certo que num dos espaços definidos por estas paredes, num chão em terra batida, se encontrou uma lareira (formada por um lastro de barro endurecido) «decorada» com círculos impressos – motivos que parecem documentar uma tradição indígena, pré-romana, ou um hábito estreitamente associado

a ambientes sociais indígenas (Carvalho, 2009, 118-119). Mas este facto não constitui, só por si, prova desse “indigenismo”, quer porque se desconhece quase por completo os tipos de construção utilizadas nesta região no final da Idade do Ferro, quer por que estas paredes já surgem em claros níveis de ocupação romana, associadas a outros elementos exógenos, denunciando assim a presença de ambientes sociais claramente integrados no modo de vida romano. Seja como for, a técnica específica que se documenta em Idanha-a-Velha nunca poderá ter surgido nestes territórios antes da construção de casas rectangulares, podendo, assim sendo, apresentar mais afinidades com o “saber fazer” romano. Mas, porventura, talvez também não se justifique colocar esta questão, por agora, até porque a construção em terra, por todas as mais-valias que encerrava, terá sido comum a estes dois “mundos”.

Agradecimentos

À Câmara Municipal de Idanha-a-Nova pelo patrocínio dos trabalhos desenvolvidos.

Bibliografia

BELTRAN LLORIS, Miguel e MARTIN BUENO, Manuel (1982). Bilbilis e Celsa, dos ejemplos de ciudades romanas en el Aragón antiguo. Zaragoza: *Caesaraugusta*, 55-56, pp. 143-166.

CARVALHO, Pedro C. (2009). O *forum* dos *Igaeditani* e os primeiros tempos da *Ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Portugal). Madrid: *Archivo Español de Arqueología*, n.º 82, CSIC, pp. 115-131.

HENRIQUES, Francisco e CANINAS, João (1992). O muro tradicional e a sua cobertura. *Preservação*, 13, pp. 101-107.

LEQUÊMENT, Robert (1985). L'apport des textes antiques. Paris : *Architecture de terre et de bois* (in LASFARGES, Jacques, ed.). Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 29-32.

ROSKAMS, Steve (2001). *Excavation*. London: Cambridge University Press.